

Intervenção museal no espaço urbano: história, cultura e cidadania no Parque “Lagoa do Nado”

Museum intervention on urban space: history, culture and citizenship at “Lagoa do Nado” Park

Luiz Henrique Assis GARCIA

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Contato: luhen_asgar@yahoo.com.br

Resumo: Entre 2003 e 2009, o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), de Belo Horizonte, formulou uma política de acervos dedicada a ampliar o leque de artefatos passíveis de tratamento museológico. Considerando o espaço urbano suporte de memória, realizou intervenções museais, em que a história de lugares da cidade era narrada por meio de painéis acomodados em expositores feitos em aço e vidro com base de concreto, concebidos para integrar (e dialogar com) aquele. Abordando aqui o último desses projetos, reflito sobre a experiência de musealização do lugar, sítio particular que seria reivindicado por moradores para se tornar parque municipal e receber um centro cultural. Cruzando material obtido em trabalhos de campo com a pesquisa em arquivo e contrastando cotidiano e memória oficial, a pesquisa resultou numa exposição que aborda a configuração do lugar em sua dinâmica e complexidade, como espaço disputado por diferentes atores em diversos contextos históricos.

Palavras-chave: História urbana; intervenções museais; lugar; cidade; movimentos sociais.

Abstract: Between the years of 2003 and 2009 the History Museum Abilio Barreto (MHAB), at Belo Horizonte, formulated a policy of collections dedicated to increase the range of objects to be comprehended as museum artifacts. Considering the urban space as memory support, the museum promoted museum interventions, in which the history of city places was narrated through panels housed in display cases made of steel and glass with a concrete base, designed to integrate (and communicate with) it. Addressing here the last of these projects, I will consider the experience of musealization of the place, a private grange that would be claimed by residents to become a city park and receive a cultural center. Crossing the material obtained in field studies with archival research, and contrasting everyday life and official records, the survey resulted in an exhibition that addresses the configuration of the place in its dynamics and complexity, as an area disputed by different actors in different historical contexts.

Keywords: Urban history; museum interventions; place; city; social movements.

Entre os anos de 2003 e 2009, o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), de Belo Horizonte (Capital do Estado de Minas Gerais, Brasil), realizou iniciativas dedicadas a formular e executar uma política de acervos que ampliasse o leque de artefatos passíveis de tratamento museológico, ultrapassando os limites de suas coleções tradicionais. Esse novo posicionamento, de alguma forma,

arrematava reflexões iniciadas na década anterior, quando a instituição passara por um período de profundas transformações, cujo ápice foi a inauguração de um novo edifício sede mais adequado a suas funções, pois, até então, ela funcionara em um antigo casarão adaptado. No bojo do que foi denominado “processo de revitalização” (PIMENTEL, 2004), estava implicada uma análise crítica da constituição do acervo do museu e dos conceitos de História e Cidade que, até aquele momento, norteavam suas atividades. Em linhas gerais, o saldo dessa reflexão foi constatar que

[...] o espaço urbano, ao ser construído e disputado, é atravessado por múltiplas temporalidades, modos de apropriação e usos sociais diversificados, e, muitas vezes, conflitantes. [...] Deste ponto de vista, tornou-se fundamental para o museu contemplar a diversidade dos documentos e das representações socialmente engendradas sobre a cidade e sua história, bem como democratizar a definição do acervo a ser adquirido, considerando os vários atores sociais que delas participam. (GARCIA, 2009, p. 62).

Adotando-se concepções historiográficas mais refinadas e críticas, propunha-se uma forma inovadora de entender a relação entre o museu e a cidade, entendida, como sugeriu Ulpiano T. Bezerra de MENESES (1985), enquanto artefato, produto e vetor de relações sociais. A partir dessa premissa, o autor chegou a sugerir o conceito de acervo operacional, que incluiria

[...] certos espaços, paisagens, estruturas, monumentos, equipamentos – enfim, áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, mas na sua capacidade de alimentar as representações urbanas”. (MENEZES, 1985, p. 201).

O entendimento do espaço urbano como suporte de memória ensejava o lançamento de atividades museológicas descentralizadas e dispersas pela cidade, que alargassem “os campos de abordagem da história da cidade [...] incorporando aspectos pouco tratados pelos museus convencionais”.¹ Como já foram relatados de forma detalhada o andamento das discussões realizadas pela equipe técnica do MHAB nos anos 1990 e as primeiras iniciativas que buscaram incorporar tal perspectiva (GARCIA, 2009, p. 63-64), cumpre aqui apenas mencionar que muitas propostas só vieram a sair do papel na década seguinte, quando o “processo de revitalização” foi concluído satisfatoriamente, trazendo consigo melhorias significativas nas condições de trabalho e maior aporte de recursos humanos e materiais.

O ano de 2003 representou um ponto de inflexão na história recente do museu, que completava, então, 60 anos de existência. O trabalho de pesquisa histórica recebeu melhor estrutura com a criação de um setor técnico específico, dedicado a conduzir as investigações que embasariam a realização de exposições, publicações e outras ações do museu. Paralelamente, a Comissão Permanente de Política de História (São Paulo) v.32, n.2, p. 87-104, jul./dez. 2013 ISSN 1980-4369

Acervo, formada como desdobramento de um fórum realizado em maio daquele ano, permitiu ao MHAB estabelecer definitivamente práticas administrativas e museológicas adequadas ao correto encaminhamento de doações, transferências e descartes. Mais importante, instaurou um colegiado adequado à elaboração e execução da política de acervo, com participação de vários membros da equipe técnica. Desde o princípio, uma das linhas mestras dessa política era a atuação no espaço da cidade, orientada até ali pelo conceito de acervo operacional. Entretanto, no decorrer dos trabalhos foi ficando claro o risco de empregar a categoria ‘acervo’, ainda que acompanhada do adjetivo ‘operacional’, o que, de alguma forma, poderia trazer complicações ao

[...] mascarar a distinção entre o espaço urbano, mutável, sujeito a apropriações múltiplas e à dinâmica da vida social, e o acervo de museu, composto por artefatos subtraídos do ciclo original de uso a que estavam destinados e submetidos a uma série de procedimentos que visam preservá-los. (GARCIA, 2009, p. 69).

Essa problematização levou-me a propor o conceito de **intervenção museal**, apostando

[...] numa ferramenta que desloca recursos de expressão próprios do museu para o espaço urbano, sem, contudo, pretender que o primeiro abarque o segundo [...] as intervenções museais dialogam com o próprio espaço urbano em que são instaladas, possibilitando a reflexão sobre os significados atribuídos e ações protagonizadas, de modo a articular a produção de memória e sentido às práticas e relações dos grupos sociais no contexto da cidade. (GARCIA, 2009, p. 69-70).

Projetos que culminaram com a realização de intervenções museais *MHAB: acervos operacionais em Belo Horizonte/Praça Sete, Ilha da Prudente e A história do Centro de Cultura Lagoa do Nado*. Realizadas a partir de 2006, as intervenções permanecem incorporadas ao espaço em que foram instaladas, acomodando painéis em expositores feitos em aço e vidro com base de concreto. Embora sejam experiências distintas em certos aspectos (tamanho da equipe mobilizada, recursos disponíveis para execução, tipologia dos locais selecionados), compartilham uma metodologia que articula pesquisa, política de acervo, desenvolvimento dos suportes expográficos, concepção e montagem de exposições. Opto por abordar a seguir apenas o último desses projetos,² que resultou na exposição *Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias – Sítio, Parque, Centro de Cultura*,³ inaugurada em 2009, considerando que essa escolha favorece uma abordagem verticalizada da metodologia de trabalho e permite refletir sobre a experiência de musealização do lugar. Dividi a explanação que segue em três partes: a primeira aborda a metodologia de pesquisa, destacando-se a importância dos trabalhos de campo; a segunda apresenta uma síntese dos resultados alcançados; e a conclusão trata da exposição,

procurando demonstrar a construção de um percurso narrativo que articulou a pesquisa e o próprio espaço do parque.

Uma pesquisa sobre/na cidade

A perspectiva adotada implicava basicamente tratar a própria cidade como campo de pesquisa para a História. O mosaico urbano pedia uma abordagem interdisciplinar, o que - de todo modo - é a tônica da História Urbana. Nessa área de estudos, o arsenal metodológico tradicional é posto em diálogo com ferramentas conceituais criadas em campos diversos como a antropologia urbana, a geografia, os estudos culturais e as ciências sociais. Neste sentido, superou-se uma visão esquemática e reducionista que procurava apresentar a história da cidade exclusivamente do ponto de vista oficial, nas falas e gestos dos que governam, compondo-se uma narrativa linear e homogênea que descarta as descontinuidades e confrontos. Nem por isso é preciso corroborar a crença generalizada de que as metrópoles contemporâneas são fonte de caos e desagregação. Como propõe José Guilherme MAGNANI, é preciso um ajuste de foco para perceber *de perto e de dentro* que as metrópoles apresentam “[...] novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública”. (MAGNANI, 2002, p. 26).

Cabe destacar que um recurso teórico importante para dar conta de tal ajuste foi o emprego do conceito de “lugar”, definido como espaço que ganha singularidade a partir das formas de sua apropriação pelos cidadãos. (ARANTES, 1994 e 2000; CARLOS, 1996; FERRARA, 1993; NORA, 1993). Singular mas não unívoco, pois, de acordo com Mariza VELOSO, “[...] o espaço urbano abriga fluxos de informação, de mercadorias e formas diferenciadas de sociabilidade, extremamente complexos, o que demarca a existência de múltiplas territorialidades”. (VELOSO, 2003, p. 110-111). Mas, como a mesma autora pondera, essa diversidade não exclui as possibilidades de comunicação entre os grupos sociais nem elimina a presença, ainda que momentânea, da “convergência de sentido” que participa da construção do espaço público. (VELOSO, 2003, p. 111). Aqui é profícuo sugerir uma aproximação com os estudos geográficos, já que tal construção ocorre entre enfrentamentos e negociações protagonizados por atores diferentes e desiguais, pois o território é objetivado por relações sociais que modificam o espaço. (SAQUET, 2007, p. 66). Cumpre assim considerar que a cidade é disputada e retalhada por diversos fenômenos territoriais. (VALVERDE, 2004, p. 122).

Estas referências foram extremamente pertinentes para embasar o método de trabalho da equipe: além da costumeira pesquisa em arquivos, passamos a realizar trabalhos de campo nos lugares

selecionados para receber as intervenções museais. Começamos por observar a relação do passante/frequentedor com o parque, por meio de caminhadas que eram registradas com emprego de aparelhagem digital (câmaras e gravadores), o que possibilitou a geração de toda uma documentação em imagem e som utilizada para captar a diversidade de usos e formas de sociabilidade protagonizadas pela comunidade. Como mostrarei adiante, a partir dos depoimentos colhidos e do acervo identificado foi possível perceber a produção de sentidos e representações sobre o parque, em diferentes contextos históricos. Evidentemente, a metodologia em questão não elimina a validade da pesquisa em arquivo, e sim dialoga com ela, “[...] lançando luz em pontos obscurecidos no discurso da memória oficial, demolindo certezas dos modelos que ignoram a dimensão do cotidiano, instigando novas direções à investigação”. (GARCIA, 2009, p. 66).

O objetivo central era mostrar as transformações físicas e simbólicas do espaço como resultado de sua apropriação por diferentes sujeitos históricos. A trama principal é a história da criação do Parque Fazenda Lagoa do Nado, em Belo Horizonte, dividida em três cortes cronológicos. O terreno, que pertencera à família de importante político e empresário local desde 1934 até sua desapropriação (1º), seria reivindicado por moradores da região e grupos organizados para tornar-se área pública, na passagem dos 1970-1980 (2º), evidenciando-se a emergência de discussões em torno da questão ambiental, da cultura e dos direitos sociais. Finalmente efetivado como parque municipal na década de 1990 (3º), veio a ser instalado ali um centro cultural, dada a reconhecida importância do lugar como polo regional de criação e fruição de diversas manifestações culturais. Seguindo esses marcos, apresento uma síntese dos resultados alcançados e os comento para mostrar como foi articulada a investigação em instituições de guarda de documentos, arquivos públicos e privados à metodologia de trabalho de campo.⁴

Fazendo história no/do parque

Em 1934, Américo Renê Giannetti⁵ adquiriu os terrenos das fazendas Olaria, Lagoa, Olhos D’Água, Curral dos Borges e Córrego do Nado. (COUTO, 1992, p. 155). Nessa última, instalou o sítio reservado ao lazer de sua família, um recanto para férias e finais de semana,⁶ posteriormente transformado no Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado.⁷ Além de uma casa-sede, o proprietário mandou construir uma piscina, um campinho de futebol (que não existe mais) e represar o córrego, formando uma lagoa que chegou a abrigar traíras, sapos e jacarés.⁸ Uma parte dos terrenos foi doada à Prefeitura para compor a área que seria inundada na construção da barragem da Pampulha. As demais

áreas foram loteadas a partir de 1938 pela Imobiliária Mineira, pertencente a A. R. Giannetti, e atualmente compõem os bairros Jardim Atlântico, Santa Amélia, Santa Mônica, Planalto, Itapoã e Santa Branca, além de uma parte da Av. Portugal.

A consulta a documentos de arquivo - incluindo-se aí uma preciosa incursão à Imobiliária Mineira que renderia cópias de plantas e peças gráficas que mostravam os loteamentos na região - foi complementada com depoimentos de familiares, o que, certamente, é uma prática trivial. Mas o trabalho em campo abriu outras possibilidades, como a entrevista com uma das moradoras mais antigas da região, que não tinha maior envolvimento com a família e falava do ponto de vista de quem residia perto do sítio. Os empreendimentos realizados nos arredores trouxeram transformações decisivas ao perfil do território, marcantes para as pessoas que já ocupavam o lugar:

Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada aqui. Eu lavava a roupa, apanhava água dentro da Lagoa do Nado, numa bica que tem lá adiante [...] Quando eu mudei aqui para a Lagoa só tinha o meu barracão, só isso. Não tinha mais nada, não [...] Foi muito rápido. Nossa senhora! Foi depressa demais.⁹

Após a morte de Giannetti, o sítio foi caindo gradativamente em desuso. Em 1973, a área foi declarada de utilidade pública e destinada à execução de obras municipais. Foram encontradas indicações¹⁰ de que a intenção inicial da Prefeitura era construir um parque, porém o decreto então assinado¹¹ apenas estabelecia que qualquer obra de interesse público poderia ser realizada. Na década de 1970, a intensificação do crescimento urbano e populacional ocasiona a instituição da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).¹² A preocupação do governo do Estado com a manutenção e criação de áreas verdes na Capital motivou o PLAMBEL¹³ a elaborar o “Programa de Parques Urbanos”, reservando-se a área da Lagoa do Nado para um dos 14 parques que seriam implantados na região metropolitana.

Entretanto, se o documento reconhece a existência de “uma paisagem que favorece o lazer contemplativo”, afirma também que “a sua principal função [...] está voltada para o atendimento à população periférica que reside em conjuntos habitacionais carentes de espaços livres de uso público”.¹⁴ Indica ainda as condições favoráveis para a colocação de quadras esportivas e playground, e propõe o saneamento da lagoa para possibilitar o uso de barcos a remo e a pedal. Neste contexto, os parques urbanos eram vistos como espaços destinados à implantação de equipamentos que propiciariam formas de lazer e socialização tidas como adequadas – inclusive pelo consumo em bares, restaurantes ou áreas de piquenique –, e a preocupação com a preservação dos sítios naturais, quando surgia, estava subordinada a isso.

Ao final da década, contudo, nenhuma obra havia sido realizada, e a Prefeitura se limitara a reativar a desapropriação, por meio de decreto¹⁵ que meramente destinava a área à construção de um parque. Mas, em dezembro de 1981, o governo estadual, por intermédio da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minas Caixa), adquiriu o terreno da imobiliária e anunciou a construção de um conjunto habitacional. Gesto autoritário típico do período, que ameaçava descartar num safanão as expectativas que vinham se criando em torno da utilização do antigo sítio. Foi o que motivou protestos de moradores e várias mobilizações coletivas que envolveram a participação da sociedade civil organizada, reivindicando-se a preservação da área e a realização das obras para implantação de um parque público.

A documentação oficial e as fontes impressas permitiam constatar-se o interesse dos poderes municipal e estadual pelo local - com intenções e intensidades variadas -, mas eram limitadas para ressaltar o papel imprescindível dos movimentos sociais para a criação do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado. Mesmo durante o período em que permaneceu sem receber as intervenções necessárias para se tornar devidamente acessível ao público, embora já estivesse desapropriada, a Lagoa do Nado era frequentada por moradores da região. Em seus relatos, o abandono do local, o crescimento desordenado do mato e os incêndios convivem com recordações da própria infância, tempo em que nadavam, pescavam ou colhiam frutas na área que pertencera ao sítio, a que alguns se referiam como *Mata do Janete*. Nos primeiros contatos em campo percebemos que essas formas de apropriação acabavam sendo mencionadas inclusive nos depoimentos de pessoas que não haviam participado daquele momento e não pertenciam àquela geração. A memória desse período, portanto, desempenharia papel importante como interpeladora de práticas cotidianas identificadas à territorialidade realizada pelos movimentos, que assim procuravam fundar-se a partir de usos que estariam consagrados na cultura local.

No final da década de 1970, residentes de bairros como Itapoã, Planalto, Campo Alegre, Santa Branca, Santa Amélia e Vila Clóris já cobravam por meio da imprensa a implantação do denominado Parque do Itapoã, “[...] área verde que havia sido prometida pela Prefeitura e que estaria ameaçada de ser devolvida aos antigos proprietários [...]”.¹⁶ Vale lembrar que essa participação ganhou corpo dentro do processo mais amplo de redemocratização do País, ainda sob o domínio autoritário do regime militar:

[...] a partir dos anos 80, os territórios passaram a ser aplicados para representar as atividades de movimentos sociais urbanos. Com o inchamento das cidades brasileiras na década anterior, aumentaram também os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, a violência e a desigualdade

econômica. O crescimento caótico que derivou dessa soma de fatores trouxe uma pluralidade de atores e cenários para o espaço público. Nesse sentido, o discurso sobre o território passa a envolver novas possibilidades ao se tornar um elemento crucial das reivindicações nas cidades. (VALVERDE, 2004, p. 120).

Reocupando o espaço público e enfatizando o papel da sociedade civil, os movimentos sociais reivindicavam a retomada e ampliação dos direitos dos cidadãos - traziam à arena política demandas de atores usualmente excluídos do processo decisório e apresentavam novas formas de mobilização coletiva. (PAOLI; TELLES, 2000, p. 106).

A questão ambiental começava a integrar a agenda pública junto a temas mais usuais, como saúde, trabalho e habitação. Ocorreu, então, uma mudança de perspectiva sobre as “áreas verdes” que enfatizava a necessidade de sua preservação, ante a voracidade do crescimento urbano e da produção industrial. Nesse contexto, jovens moradores da região montaram uma peça de teatro que denunciava a poluição gerada na área do parque pela empresa Central Beton. Eles organizaram o grupo Verde Integral, orientados pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA). Com a informação de que poderia ser construído um conjunto habitacional, as entidades convocaram, juntamente com as associações de moradores dos bairros Itapoã e Planalto e o Grupo Escolar (hoje Escola Municipal) Lídia Angélica, uma caminhada em defesa da Lagoa do Nado, que ocorreu em 4 de abril de 1982 com a presença de mais de 2.000 pessoas, bastante noticiada nos órgãos de imprensa.¹⁷ No ano seguinte a luta pela criação do parque se consolidaria ainda mais quando os mesmos jovens organizaram a 1ª Festa da Lagoa do Nado e criaram a Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado. (ACELN).

A partir daí, foram várias as formas de atuação e mobilização da comunidade, como passeatas, abraços em torno do parque, reuniões, mutirões de plantio de árvores, abaixo-assinados, cartas com cobrança de providências a órgãos responsáveis ou representantes políticos, festas, espetáculos teatrais e musicais, festivais de música, atividades esportivas e educacionais, entre tantas outras. É interessante ressaltar que o movimento organizado tinha também bastante cuidado em relação à memória em torno de suas ações. Mediante um dos membros fundadores da ACELN, a equipe de pesquisa pôde consultar um arquivo que, ainda que não estivesse completamente organizado, trazia evidências documentais bastante diversas de todas as atividades e ações mencionadas. Uma evidência do grande poder de mobilização e da eficaz construção coletiva de sentido que instituía a territorialidade do parque foi a grande quantidade de referências aos *abraços* (o primeiro deles realizado em 1987), até mesmo por depoimentos de pessoas que nem mesmo participaram:

Uma mobilização muito bonita na época, eu não participei, mas foi um abraço simbólico no parque, foi muito marcante na época. Foi uma coisa que foi feita pela comunidade, as pessoas se envolveram mesmo. Foi o ponto culminante mesmo: agora é nosso. Esse abraço simbólico foi muito bonito.¹⁸



FIGURA 1: Apresentação de coral durante a programação da 6ª Festa da Lagoa do Nado - 1988. Autor não identificado. Acervo CCLN.



FIGURA 2: Cartaz da 6ª Festa da Lagoa do Nado. Autor não identificado. Acervo ACELN.

Essas ações, em especial as festas anuais organizadas pela ACELN e frequentadas por milhares de pessoas, deixaram evidente a articulação entre cultura, ecologia e novas formas de participação que emergiam no contexto de retomada da democracia. Ressaltaram também o caráter lúdico da estratégia de mobilização e ocupação do espaço público, o uso habilidoso dos meios de comunicação e das redes de sociabilidade na realização de tarefas e obtenção de recursos - incluindo-se aí o comércio local. A ênfase na sociedade civil organizada sem vinculação direta com partidos políticos revelou uma nova postura diante da política institucional, que, se desconfiava dos canais tradicionais, propunha fiscalizar e participar da gestão dos recursos e bens públicos, ampliando instrumentos legais e espaços de representação. (PAOLI & TELLES, 2000, p. 109). Dentre os diversos registros que foram acessados, as fitas de VHS com imagens das festas foram as que melhor evidenciaram essa dimensão política:

Eu lembro quando eu estive aqui já, a primeira vez, há quatro anos atrás, nem morava aqui ainda, em Belo Horizonte, aqui na Lagoa, à 1h da manhã, parece, e era a primeira vez que as pessoas tava querendo brigar realmente por isso. E eu vi que o pessoal não tava só doído não. Eles estavam a fim mesmo, sabe como é? E eu estou vendo que isso é realidade. E agora esse negócio de eleições, e tudo...vamos ver como é que fica esse negócio. Eles podem falar o que quiserem, mas nós não sai daqui.¹⁹

De fato, a cultura desempenhou papel fundamental nas mobilizações em torno do Parque, ao longo dos anos, e foi sempre uma dimensão presente nas diversas formas de apropriação do espaço praticadas por seus frequentadores, inclusive os próprios artistas. A demanda pela instalação de um Centro Cultural na Lagoa do Nado partiu da comunidade e foi reforçada pelos resultados de um questionário aplicado nos bairros da região pela ACELN, em 1984, mas só aconteceu em 1993. A pesquisa revelou aí um ponto de tensão entre o movimento organizado e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da Prefeitura Municipal. O embate em torno do centro cultural, identificado na documentação pertencente ao CCLN, acabou aparecendo de forma mais nítida quando abordado em entrevistas, realizadas inclusive com servidores da área cultural, que havia se envolvido diretamente nessa questão.

A partir das pressões populares iniciou-se o longo processo de configuração do parque que ultrapassaria a década de 1980. As manifestações prosseguiram enquanto aconteciam problemas de manutenção por falta de pessoal, paralisações de obras por ausência de verbas e inaugurações parciais de algumas estruturas. Percebe-se a importância da participação da comunidade ao longo desses anos, quando enfrentou a morosidade e ineficiência de alguns administradores públicos, pois foram atendidas várias demandas. Após muitas reformas e construções feitas “a conta-gotas”, o parque foi finalmente concluído em 1994, com os recursos obtidos por meio de um convênio entre a PBH e a mineradora

MBR.²⁰ Foi justamente para tratar do período que segue à instalação do CCLN e à conclusão das obras do parque que a pesquisa de campo revelou sua importância, pois permitiu o registro de várias formas de uso e sociabilidade no recorte do cotidiano, como a prática de esportes, as brincadeiras infantis, o descanso nas horas de lazer ou intervalos de trabalho, ou mesmo as marcas deixadas por um casal enamorado no tronco de uma árvore.

Conclusão - uma exposição no/sobre um parque municipal

Como afirmei anteriormente, as opções metodológicas adotadas na pesquisa foram decisivas para a construção da narrativa e a consequente elaboração da intervenção museal no espaço do parque. Quero aqui destacar três pontos em que isso pode ser explorado: a identificação e seleção de acervo para os painéis; a organização dos módulos e seus respectivos conteúdos; a concepção expográfica, destacando-se aí o posicionamento dos expositores em áreas específicas do parque e a utilização de recursos de comunicação visual para criar uma identidade própria para cada módulo e, simultaneamente, estabelecer a articulação conceitual entre estes.



FIGURA 3: *Expositor posicionados no Parque Municipal Lagoa do Nado – 2009. Clarita Ribeiro Gonzaga. Acervo Administrativo MHAB.*

Nos debates que pautavam as reuniões em torno da política de acervo no MHAB, havia ficado clara a enorme limitação do acervo da instituição para dar conta das questões que passáramos a formular. A perspectiva de História e de Cidade que se pretendia adotar demandava dar voz a atores até então silenciados, esquecidos, a dimensões da experiência urbana até então negligenciadas. Era indispensável ir à cidade e, mais ainda, não esperar que “ela” fosse ao museu. O contato dos pesquisadores com o lugar e os cidadãos que dele se apropriam acaba por ser transformador da realidade social: ao “[...] aprender os significados sociais dos lugares históricos através da sua discussão com as audiências urbanas [...]” (HAYDEN, 1996, p. 13) o historiador atua como mediador em um processo de democratização do conhecimento histórico sobre a cidade. Não se trata de assumir uma posição condescendente ou paternalista diante dessa possibilidade de participação, uma vez que ela “[...] não substitui a problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais [...] mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido [...]”. (GARCÍA CANCLINI, 1994, p. 106).

Cumprir lembrar que transformações realizadas no bojo da Nova Museologia, a partir da década de 1970, implicaram o alargamento da noção de “objeto museológico” e a defesa pelo aumento da participação da comunidade no museu. (ALMEIDA, 1996). Essas mudanças transparecem tanto nos debates e declarações ocorridos em encontros internacionais da área quanto nas novas práticas adotadas por instituições que emergiram neste contexto, como os museus comunitários, ecomuseus, museus itinerantes, entre outros. (CERÁVOLO, 2004, p. 258-262). De forma sintética, segue uma definição contemporânea de patrimônio, na forma como é adotada em órgãos como o ICOM ou a UNESCO, reconhecendo o patrimônio a partir de uma perspectiva holística ou integral, incluindo-se a cultura material e a imaterial em toda sua complexidade, bem como os bens naturais. Reconhecendo essas mudanças, é crucial não perder de vista que:

O patrimônio não é preexistente como tal. Sua escolha, assim como as opções para o seu tratamento, não são atos desinteressados; dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos produtos culturais e do uso que se quer fazer deles. (MOTTA, 2004, p. 125).

Há consequentemente um cenário de experiências que antecedem e embasam a iniciativa realizada na Lagoa do Nado. Desse modo os trabalhos de campo serviam para envolver os cidadãos na investigação dos registros materiais e simbólicos da história do parque, ao mesmo tempo que por meio desse contato identificávamos possíveis colaboradores que pudessem conceder entrevistas e/ou ceder acervo para compor a exposição. De fato, foi esse acervo rico, composto de recortes de jornal, cartazes,

fotografias, cartas e transcrição de entrevistas que compôs praticamente todo aquele que foi reproduzido nos painéis. Além de atender às necessidades de composição da narrativa, do ponto de vista historiográfico e museológico,

Isso viabiliza uma das diretrizes estabelecidas pela política de acervo, que é a de expandi-lo e diversificá-lo a partir desse impulso do museu em direção à cidade. Além dos depoimentos gravados e transcritos, existe a possibilidade de incorporar, após os trâmites estabelecidos pela Comissão, itens pertencentes a particulares identificados durante a realização da pesquisa. (GARCIA, 2009, p. 66-67).

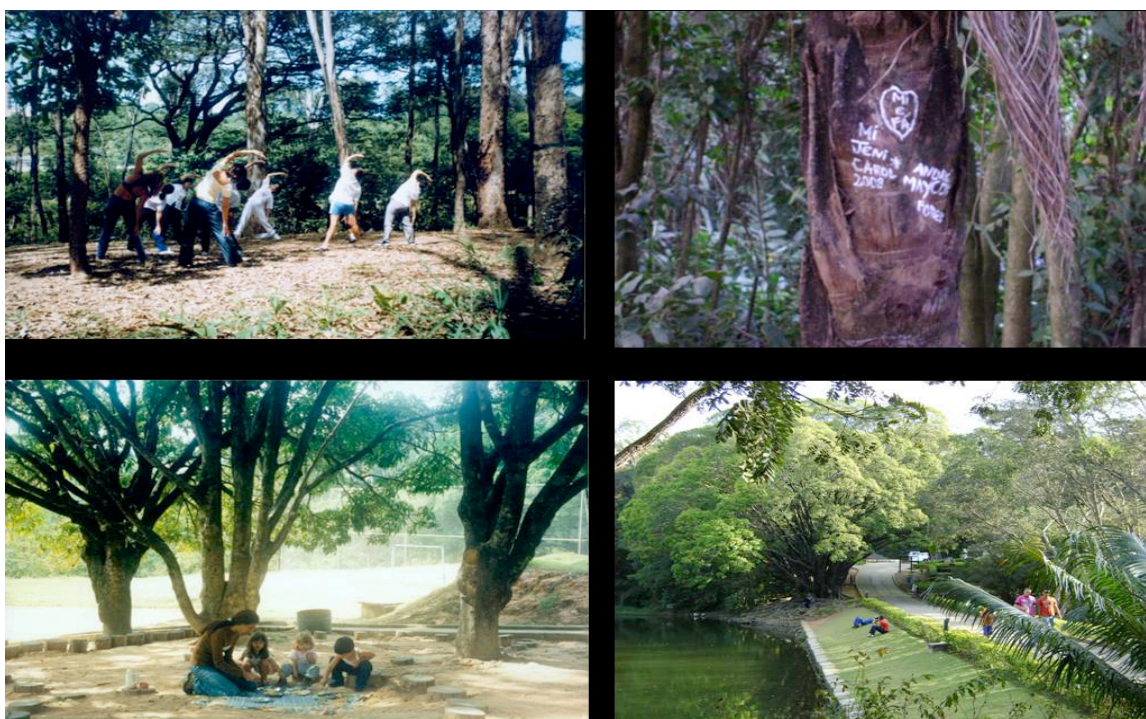


FIGURA 4: À esquerda, de cima para baixo: *Oficina de yoga no Parque Lagoa do Nado* – s/d. Autor não identificado. Acervo Myriam Amorim Rezende; *Piquenique no Parque Lagoa do Nado* – s/d. Autor não identificado. Acervo Myriam Amorim Rezende.

À direita, de cima para baixo: *Inscrições gravadas em árvore do Parque Lagoa do Nado* – 2008. Télió Cravo. Acervo Administrativo MHAB; *Pessoas descansando à margem da Lagoa*– 2008. Télió Cravo. Acervo Administrativo MHAB.

O conteúdo da exposição foi organizado em três módulos (que correspondiam a 3 áreas de exposição) que tratam de diferentes recortes temáticos e cronológicos, articulados pela história do lugar. Até certo ponto a concepção dos módulos seguiu os cortes cronológicos apresentados na seção anterior. No entanto, surgiu a ideia de dar maior unidade temática a cada um, já que seriam posicionados distantes uns dos outros. Essa opção favoreceu também o processo de seleção do acervo, orientando a escolha de modo a cobrir o período tratado ao mesmo tempo que o tema garantia uma percepção mais clara das relações entre os diferentes itens reproduzidos, os depoimentos transcritos e os textos historiográficos que compunham os painéis.

Transcrevo a seguir uma descrição sintética que foi utilizada pela equipe como roteiro básico para a seleção de acervo e redação dos textos de cada módulo:

A lagoa do nado de sítio a parque: transformações do espaço

O primeiro módulo traz um breve relato biográfico sobre Américo René Giannetti, empresário e Prefeito de Belo Horizonte na década de 1950, ex-proprietário da área do Parque Fazenda Lagoa do Nado, onde se localizava o sítio de sua família. Trata da delimitação da área do Parque e do entorno, desde a aquisição dos terrenos pela Imobiliária Mineira, de propriedade de Giannetti. Estão representadas as ocupações formais e informais do espaço, as transformações simbólicas e materiais do lugar ao longo do tempo, bem como as novas relações que foram se estabelecendo à medida que a região foi sendo urbanizada.

O parque-fazenda e os cidadãos: uma perspectiva histórica

O segundo módulo trata do processo de transformação do lugar em área pública, desde a declaração de sua Utilidade Pública e consequente desapropriação do terreno, decretada pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1973, até a inauguração do Parque, em 1994. Destaca, especialmente, a mobilização dos moradores da região pela preservação da área e pela implantação do Parque, por meio de ações que buscavam articular cultura, ecologia e participação popular.

A questão cultural e o espaço social

O terceiro módulo trata da implantação do, então, Centro Cultural, no contexto da Constituição de 1988, quando a cultura passou a ser considerada definidora de direitos e foco de políticas públicas específicas. Considerado um espaço estratégico, de localização privilegiada, o Centro de Cultura Lagoa do Nado (CCLN) estruturou seu leque de atividades a partir de demandas da comunidade vizinha, mas acabou por extrapolar o entorno do Parque, com uma programação de atividades permanentes que visa, sobretudo, a democratização e a descentralização da cultura.

Durante as caminhadas realizadas em campo, a equipe de pesquisa procurou mapear o parque com a finalidade de determinar pontos adequados ao posicionamento dos expositores, de modo a

articular o conteúdo temático e cronológico específico a sua localização. Foram escolhidos 2 locais próximos a entradas, posicionando-se o módulo referente ao sítio numa área mais próxima àquela que era identificável ao uso nos relatos dos familiares de Giannetti, e o módulo dedicado à mobilização, próximo à portaria que era mencionada em alguns relatos de moradores como melhoria conquistada por suas reivindicações. O módulo que tratou do Centro Cultural foi posicionado nas proximidades do casarão, numa área em que costuma ser instalado um palco para apresentações culturais promovidas pelo CCLN. Todos os módulos compõem juntos a narrativa das transformações e apropriações do espaço urbano. Seu projeto arquitetônico segue o mesmo padrão, o que ajuda a dar ideia de unidade entre eles. O projeto gráfico dos painéis, por sua vez, cumpre efetivamente a função de garantir uma identidade visual para cada módulo, com a utilização de uma cor de fundo diferente em cada um (bege, azul e verde).

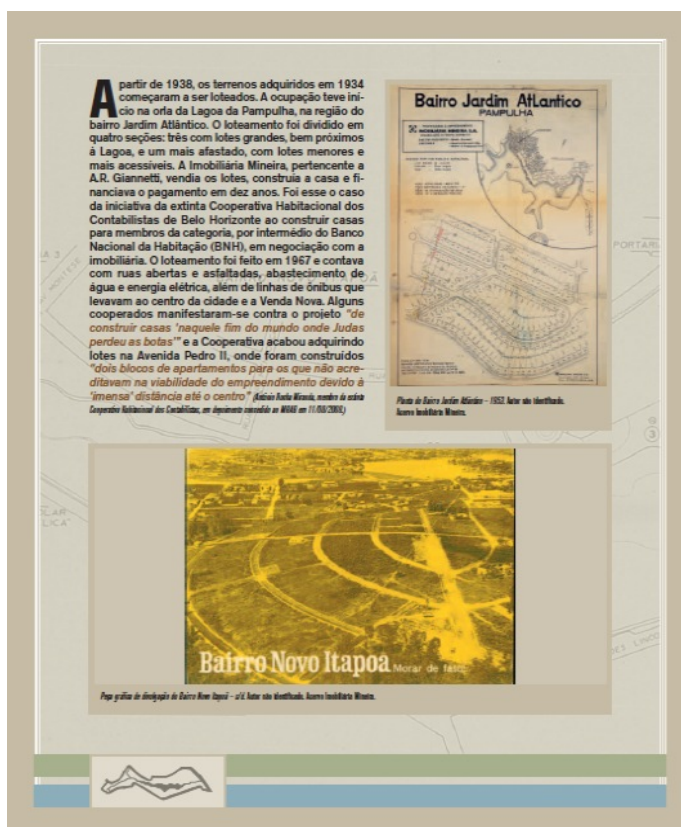


FIGURA 5: Reprodução digital de painel do módulo A LAGOA DO NADO DE SÍTIO A PARQUE

Por outro lado, foi criado um mapa estilizado do parque, reproduzido na margem inferior dos painéis, que indica o posicionamento de cada um dos módulos, o que promove a percepção de sua articulação e ao mesmo tempo convida o público a percorrer o parque com a intenção de completar um

percurso que os interligue. Ao construir esse percurso, o público constrói ativamente uma interpretação das transformações do território no qual se desloca.

No caso da Lagoa do Nado, é possível perceber que a transformação do sítio em parque, da territorialidade que denotava uma distinção social à que implica possibilidades de uso público, passou ainda pela apropriação tecnicista e burocrática determinada pelo estado autoritário. Em seus painéis, a exposição incorpora a memória do envolvimento e da participação da comunidade, documentada em jornais, fotografias e depoimentos, evidenciando-se disputas em torno de seu significado social e histórico. O que a narrativa da exposição descortina, por meio dessa trajetória marcante de negociação e persistência, é o significado da construção coletiva da cidade a partir da leitura crítica de sua história e seu patrimônio. A história revela a configuração de um lugar da cidade em sua dinâmica e complexidade, de um espaço idealizado desde diferentes pontos de vista até o espaço construído por diferentes atores em interação. É nesse sentido que a intervenção museal não se identifica com a obsessiva patrimonialização e “museificação” da cidade (JEUDY, 2005) e recusa a espetacularização da memória. (HUYSSSEN, 1999). Ela reconhece que não é possível catalogar a cidade. Uma exposição que não reflita essa impossibilidade será mera legenda da paisagem urbana, substitui a possibilidade de produção de conhecimento pelo discurso pré-fabricado com o intuito de vender uma “imagem”. A ideia de uma intervenção museal coloca a história em seu lugar, na cidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Mota. Mudanças Sociais / Mudanças Museais: Nova Museologia/Nova História - Que relação?. **Cadernos de Museologia nº 5**, ULHT, Lisboa, p. 102-105, 1996.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares. **Cidade. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.191-203, 1994.

ARANTES, Antônio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.12, jan./dez., p. 237-268, 2004.

COUTO, Maria Olívia. **Ventos do sul nas montanhas de Minas**: biografia de Américo Renê Giannetti . Belo Horizonte: SENAI-MG, 1992.

FERRARA, Lucrécia D. **Olhar periférico**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

GARCIA, Luiz Henrique A. O lugar da História: intervenções museais no espaço urbano em Belo Horizonte. **Anais da VII Semana dos Museus USP**, São Paulo, p. 62-70, 2009.

GARCIA, Luiz Henrique A.; GONZAGA, Clarita R. **Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias** Sítio, Parque, Centro de Cultura. Belo Horizonte: MHAB, (Catálogo de exposição), 2009.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history**. Cambridge, Massachusetts: The MIT press, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. **Memórias do modernismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 197-206, 1985.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso C. M. Dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça (orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 123-152, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 07-28, 1993.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos Sociais, Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PIMENTEL, Thaïs V.C. (org.). **Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade (1993-2003)**. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun., 2007.

VALVERDE, R. R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Geousp – Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 115, p.119-126, 2004.

VELOSO, Mariza. O museu como espaço público. In: SANTOS, Afonso C. M. dos, KESSEL, Carlos, GUIMARAENS, Cêça (orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 104-122, 2004.

Notas

¹ DIRETRIZES para a pesquisa histórica no MHAB. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 1995. 7f. Manuscrito. (MHAB. Arquivo Administrativo).

² Este artigo beneficia-se desta pesquisa realizada entre 2008 e 2009. Coordenei a equipe, composta ainda pelas historiadoras Clarita Ribeiro Gonzaga e Isabela Tavares Guerra, e pelos estagiários Bruno Valverde, Isabella Figueira, Rafaela Campos, Sarah Ferraz e Têlio Cravo. Agradeço a todos, e também aos que nos concederam depoimentos e acervos. Algumas das reflexões realizadas são decorrentes da interlocução junto a colegas e alunos do Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, aos quais também estendo meus agradecimentos. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada como palestra durante o evento local *Inverno no MHAB*, em 2011, e outra - estendida -, exposta oralmente na 23ª Conferência do ICOM, realizada no Rio de Janeiro em agosto de 2013.

³ Inaugurada em 30 out. 2009, fruto de parceria entre o MHAB e o Centro de Cultura Lagoa do Nado (CCLN). Sobre os demais projetos, ver GARCIA, Luiz Henrique A. O lugar da História: intervenções museais no espaço urbano em Belo Horizonte. **Anais da VII Semana dos Museus USP**, São Paulo, p. 62-70, 2009.

⁴ A pesquisa foi realizada entre março e dezembro de 2008. Para a lista completa de fontes consultadas, consultar o catálogo da exposição. GARCIA, Luiz Henrique A.; GONZAGA, Clarita R. **Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias** Sítio, Parque, Centro de Cultura. Belo Horizonte: MHAB, (Catálogo de exposição), 2009.

⁵ Filho de imigrantes italianos, nasceu em 20 de abril de 1896. Formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1923, conduziu empreendimentos diversificados, ilustrando um perfil empresarial que alavancou, a partir da década de 1930, a diversificação da produção alicerçada pelo deslocamento de recursos do Estado. Ingressou na vida pública como secretário estadual entre 1947 e 1950. Eleito, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em 31 de janeiro de 1951 e faleceu ainda no exercício de seu mandato, em 6 de setembro de 1954.

⁶ Retirado do depoimento de Marília Giannetti, concedido ao MHAB em 24 jul. 2008.

⁷ Atualmente, a área preservada possui cerca de 300.000 m².

⁸ Retirado do depoimento de Murilo Giannetti, concedido ao MHAB em 11 ago. 2008.

⁹ SOUZA, Maria Eva de. Belo Horizonte, 31 jul. 2008. CD áudio (34 min.). Transcrição 16 p. Entrevista concedida ao Setor de Pesquisa do MHAB.

¹⁰ **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, set. 1973, p. 07.

¹¹ BELO HORIZONTE (MG). Decreto n. 2.408 de 05 set. 1973.

¹² BRASIL. Lei Complementar n.º. 14, de 08 jul. 1973.

¹³ Autarquia destinada ao estudo e elaboração de políticas de planejamento para a RMBH.

¹⁴ ALVES, Marieta Vitorino de Campos et al. Parque urbanos: grande áreas verdes para a RMBH. **Fundação JP**, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 56-69, set. 1976.; **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 25 abr. 1982.

¹⁵ BELO HORIZONTE (MG). Decreto n. 3.568 de 14 set. 1979.

¹⁶ **ESTADO DE MINAS**. Belo Horizonte, 09 dez. 1979.

¹⁷ GRUPO de jovens do Planalto faz caminhada em defesa da mata. **ESTADO DE MINAS**, Belo Horizonte, p. 7, 03 abr. 1982; UMA área de lazer para o Planalto. **Diário da tarde**, Belo Horizonte, 05 abr. 1982. Caderno 1, p. 5; MINEIROS fazem marcha para preservar mata. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 1982; PARA evitar que a ‘Mata do Janete’ e a ‘Lagoa do Nado’ sejam destruídas. **Jornal de Casa**, Belo Horizonte, 11 a 17 abr. 1982.

¹⁸ BARROS, Paulino Caldeira. Belo Horizonte, 19 jul. 2008. CD áudio (32 min.). Transcrição 13 p. Entrevista concedida ao Setor de Pesquisa do Museu Histórico Abílio Barreto.

¹⁹ Trecho de discurso proferido pelo músico Marku Ribas durante apresentação musical na 6ª Festa da Lagoa do Nado, em 1988. VI FESTA Lagoa do Nado. CRAV, 1988. 3 fitas de vídeo. (122 min.; 184 min.; 120 min.), VHS, color.

²⁰ **JORNAL DA PAMPULHA**. Belo Horizonte, 09 a 15 abr. 1994.

Luiz Henrique Assis Garcia é professor doutor do Curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa financiada com recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais.

Recebido em setembro/2013.

Aprovado em novembro/2013.